

COTA <i>Alentejano</i>
NECLYO <i>fundo local</i>
REGISTO <i>483</i>
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NISA

OS ARTISTAS DO XISTO

Montalvão situa-se no Nordeste Alentejano, no recanto formado pela confluência dos rios Tejo e Sever. Do alto do monte, em que se encontra o seu casario, avista-se uma magnífica paisagem, em território nacional e na vizinha Espanha e na qual abunda o xisto. E é precisamente através desta rocha que nos chegam as primeiras manifestações da presença humana nesta região.

A zona de Montalvão integra-se na área da chamada Arte Rupestre do Vale do Tejo, constituída por uma série de estações arqueológicas situadas entre dois dos afluentes daquele rio, o Ocreza e o Sever.

Arte Rupestre é todo um conjunto de marcas de carácter artístico feitas em rocha, e daí o seu nome (rocha em latim é rupus) e que tanto podem ser pinturas, gravuras, relevos, etc. e quer se encontrem ao ar livre ou em grutas.

Tais manifestações artísticas são obra de sociedades mais ou menos primitivas, mas num estágio de desenvolvimento anterior ao conhecimento da escrita e que vão desde o Paleolítico até aos nossos dias.

Do ponto de vista geográfico pode dizer-se que a Arte Rupestre é um fenómeno universal, uma vez que, desde o Norte da Europa à Austrália, se conhecem locais onde o homem, nas mais variadas épocas, deu livre curso ao seu génio artístico.

Podemos distinguir neste tipo de arte dois grandes períodos: a arte paleolítica e a pós-paleolítica ou pós-glaciária.

Do período paleolítico o núcleo mais importante é o franco-cantábrico que se estende do Sudoeste de França ao Norte de Espanha e que, temporalmente, vai desde há 30 000 anos até 10 000 anos A.C.

O exemplo mais conhecido deste período é o da Gruta de Altamira em Espanha, mas, ao ar livre, o complexo do Vale do Côa, recentemente descoberto, e causador de enorme polémica, parece ser, segundo os mais conceituados especialistas, a maior e mais importante estação arqueológica deste período em todo o mundo.

Do período pós-paleolítico há núcleos um pouco por toda a parte e nele se inclui também o complexo do Vale do Tejo.

O Tejo constituiu o principal meio de vida para as populações que se estabeleceram nas suas margens. Era do rio ou devido à sua existência que esses homens e mulheres obtinham a pesca, a caça, a água e até o transporte, não sendo pois, de estranhar, que lhe tenham tributado o seu reconhecimento.

É precisamente esse reconhecimento da importância do Tejo nas suas margens que eles quiseram transmitir através das numerosas gravuras que insculpiram nos bancos xisto-grauvíquicos das suas margens.



Desde o 5º milénio A.C. até à Idade do Bronze, geração após geração, essas populações munidas de instrumentos de pedra ou de metal, foram gravando desenhos na rocha através da sucessão de pontos que constituíram gravuras mais ou menos elaboradas e a que se dá o nome técnico de petróglifos litostíticos.

Estes milhares de desenhos distribuem-se por onze locais ou estações, hoje, infelizmente, quase totalmente submersos devido à albufeira que se criou entre as barragens do Fratel e de Cedilho.

Na zona que estamos a estudar, entre a Salavessa e Montalvão, encontram-se cinco dessas estações, sendo algumas delas das mais importantes de todo o complexo do Vale do Tejo.

A primeira situa-se junto da foz do ribeiro de Ficalho com 1050 gravuras, a segunda no Cachão do Algarve com 2140 gravuras, a terceira na Lomba da Barca, a quarta no Alagadouro com 1300 gravuras e a quinta no Cachão de S. Simão com 3800 gravuras.

Os desenhos podem dividir-se em três grupos principais: figuras humanas, animais e geométricos. Através deles podemos adivinhar um pouco da vida das sociedades que os criaram.

Nas figuras humanas podem subentender-se atitudes de carácter religioso e cenas de caça. Nas figuras de animais encontramos parte da fauna existente na zona onde sobressai o veado, mas sendo também possível reconhecer a cabra e o lobo. Já os símbolos geométricos são de difícil interpretação, senão mesmo impossível, ainda que, se possam atribuir alguns a manifestações de carácter astral, com destaque para os que parecem representar o Sol.

Grande parte destas figuras foram produzidas num período que coincide com o megalitismo, termo que deriva do grego (mega - grande e lithos - pedra) e que quer dizer cultura dos grandes monumentos de pedra.

Aponta-se o IV milénio antes da nossa era como sendo a data do início desta cultura, cujas origens, os arqueólogos tentam explicar através de duas teses principais. A tese chamada orientalista defende que o Oriente terá sido o berço do megalitismo, donde se terá, depois propagado ao actual território português e ao resto da Europa. A tese ocidentalista, por seu lado, aponta como origem desta cultura um desenvolvimento próprio das populações autóctones de vários locais e sendo o Alentejo um dos mais importantes.

Para os defensores desta última tese, o megalitismo passou por várias fases. De início terão surgido sepulturas do tipo cista quadrangular reforçadas por esteios, passando, na fase seguinte, para necrópoles colectivas até chegar aos grandes monumentos funerários na fase de apogeu.

A zona de Pavia no Alentejo é apontada como o possível núcleo do megalitismo devido à concentração destes monumentos nessa região e que terá chegado ao Nordeste Alentejano já na fase de apogeu, ou seja, entre 3 000 e 2 200 A.C., segundo

a cronologia apresentada por M^a da Conceição Rodrigues para o concelho de Castelo de Vide (1).

Os monumentos funerários desta época são conhecidos por antas ou dolmens e consistem em câmaras construídas com enormes blocos de pedra, onde se depositavam os mortos, sendo o conjunto coberto com terra de forma a constituir o que se designa por mamôa devido à sua forma. A grandiosidade destas construções aponta para uma sociedade do tipo tribal, na qual a anta serviria para túmulo do chefe ou chefes.

A forma cuidada e monumental que estes povos davam aos seus túmulos indica claramente um forte culto dos mortos complementado com outros símbolos de carácter religioso como sejam ídolos antropomorfos e placas de xisto gravadas com motivos, geralmente geométricos, e que são frequentemente encontrados entre o espólio das antas.

Os estudos levados a cabo por várias equipas de arqueólogos na região envolvente do Vale do Tejo permitiram inventariar cerca de quarenta antas, dois menhires e três povoados.

Destes monumentos, treze (antas) situam-se entre a Salavessa e Montalvão. De acordo com uma das equipas que conduziu os estudos referidos (2) as antas da zona são geralmente pequenas, construídas em xisto e normalmente situadas no alto de pequenos morros.

O estado de conservação da totalidade dos monumentos é lastimável, agravado ainda pela florestação desordenada que se verificou nesta zona.

Das treze antas, oito situam-se em volta da Salavessa formando como que um arco entre ela e o ribeiro de Ficalho. As outras situam-se entre Montalvão e o Tejo, estando duas delas muito próximas deste rio e as outras três entre ele e a povoação.

Recentemente a propósito de escavações levadas a cabo na anta da Nave do Padre Santo, que supomos ser uma das referidas pelo estudo que atrás citámos, Jorge Oliveira, o arqueólogo responsável pela escavação, diz ter conhecimento de mais 14 a norte desta última, portanto entre Montalvão e a Barragem de Cedilho e junto da estrada que para lá se dirige (3).

Se considerarmos que cinco destas já eram conhecidas anteriormente, o número total de antas na zona de Montalvão eleva-se a 22, isto é, mais nove do que as referidas no estudo da zona envolvente do Vale do Tejo, mas, infelizmente, totalmente destruídas, ainda segundo Jorge Oliveira.

Esta concentração de monumentos megalíticos permite deduzir que a região tinha uma densidade populacional significativa para a época, o que nos leva a supôr que Montalvão, mais precisamente, o local onde hoje se encontra o seu castelo terá sido um povoado fortificado, ainda que tal suposição não possa ser comprovada por qualquer vestígio arqueológico. Ainda assim parece-nos uma hipótese a ter em conta se se notar que dos povoados referidos no estudo da vasta região envolvente do complexo do Vale do Tejo, apenas um se situa relativamente perto para que entre ele e

as antas se possa estabelecer alguma ligação. Trata-se de um povoado que se localiza junto a S. Simão.

A propósito de povoados não queremos deixar passar em claro uma outra hipótese sobre a possível existência de um povoado próximo da ribeira de Vide no sítio denominado Castelos e que se situa praticamente em frente a um povoado existente no outro lado da referida ribeira, já no termo de Póvoa e Meadas, com a designação de Castelo Velho.

Estes povoados fortificados destinados a defender as populações de invasões de outros povos, surgiram em época, aparentemente contemporânea aos monumentos megalíticos (4) e é bem possível que se tenham mantido em actividade até ao final dessa era pré-histórica, entrando pelo chamado eneolítico, período em que foi classificado o povoado do Castelo Velho (5).

- (1) Rodrigues, M^a da Conceição
 - * Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide
 - Junta Distrital de Portalegre
 - Lisboa, 1975, pag. 122.
- (2) Caninas, J. e outro
 - * Arqueologia do Vale do Tejo
 - Megalitismo de Vila Velha de Rodão e Nisa
 - I. P. P. Cultural, Dep. Arqueologia
 - Lisboa, 1987
 - Pag. 24 e 25
- (3) Oliveira, Jorge
 - * Anta da Nave do Padre Santo
 - Informação Arqueológica
 - IPPAR, Sec. Estado da Cultura
 - Nº 9, 1994, pag. 128 e 129
- (4) Caninas, J. e outro
 - Op. cit.
 - Pag. 24 e 25
- (5) Rodrigues, M^a da Conceição
 - Op. cit.
 - Pag. 100 e 101

QUANGEIO TANGO E JÚPITER - DEUSES EM CONFRONTO

Quangeio Tango e Júpiter são nomes de deuses, o primeiro Lusitano e o segundo Romano que se encontram gravados em aras encontradas na região de Montalvão.

Um deus Lusitano e um deus Romano representam, de forma evidente o confronto entre dois povos e duas culturas que se travou na Península Ibérica aquando da invasão das legiões romanas, confronto esse, que iremos analisar neste capítulo. Antes porém, torna-se necessário recuar um pouco mais na História e retomar o seu curso, voltando a falar dos artistas rupestres.

Segundo os arqueólogos o santuário de Arte Rupestre do Vale do Tejo terá existido desde o Neolítico até à Idade do Bronze ou mesmo até mais tarde e sendo assim a região de Montalvão viu sucederem-se a cultura da pedra polida (Neolítico), a cultura do cobre, depois a do bronze até chegar à dos instrumentos de ferro.

O Calcolítico ou Idade do Cobre atingiu grande expressão no Vale do Tejo e no Vale do Sado e, embora não se conheçam vestígios de tal época em Montalvão, parece-nos mais que provável que, tal como a arte rupestre, também a metalurgia tenha subido o curso do Tejo e tenha chegado à região que estamos a estudar.

Por volta de 1800 A.C. é introduzida no Ocidente peninsular a técnica do bronze, resultante da evolução e aperfeiçoamento da metalurgia, a qual, permitiu descobrir que a junção do cobre e do estanho, em doses adequadas, originava um metal muito mais duro e maleável a que se chamou bronze.

Este novo metal teve enorme desenvolvimento e chegou também à zona de Montalvão, o que permitiu que parte das gravuras rupestres tenham sido produzidas com a ajuda de instrumentos de bronze. É verdade que, até ao momento, se verifica a ausência na zona de vestígios desses instrumentos, mas, se na vizinha aldeia de Póvoa e Meadas se descobriram três machados atribuídos ao chamado Bronze Meridional Português (1), Montalvão guardará certamente, algures, vestígios semelhantes.

Aliás, é de notar que a única jazida de estanho conhecida a Sul do Tejo se localiza próximo de Elvas o que reforça a hipótese de todo o actual Nordeste Alentejano ter tido contacto com tal técnica metalúrgica.

Sucediam-se as culturas, os povos e também os metais. Ao bronze seguiu-se o ferro, introduzido por variadas invasões da Península.

As notícias sobre esses invasores são-nos transmitidas pelos autores clássicos, gregos e romanos, cujo conhecimento das divisões étnicas da Ibéria era, como se compreende, não muito exacto.

Dessas notícias ressaltam nomes como Cempsos, Túrdulos, Celtas e Celtiberos, mistura de celtas e ibéros, como sendo povos que habitavam a região entre o Tejo e o

Guadiana, conhecida por Mesopotâmia Ibérica e assim chamada por, à semelhança da outra Mesopotâmia, a arábica, se encontrar também entre dois rios.

Mas ninguém melhor que os conquistadores romanos para nos dar uma idéia mais correcta da geografia e da etnologia da Península Ibérica dessa época. De acordo com Pericot os romanos terão encontrado, no sec. II A.C., a Ibéria dividida do seguinte modo: Gallaeci a norte do Douro, Lusitanos entre este rio e a margem sul do Tejo, Celtas no vale do Guadiana, Cónios no Algarve e Vetões na zona este, já no actual território espanhol.

Os Lusitanos permanecem um tema controverso da nossa História, quer quanto à sua origem quer quanto à sua localização geográfica.

O seu habitat é geralmente identificado com a Serra da Estrela, os chamados Montes Herminios, região que cai dentro dos limites da primitiva Lusitânia, uma das províncias romanas, que, mais tarde, Augusto, alargou até ao Guadiana.

No entanto, há inúmeros aspectos que permitem defender a existência de Lusitanos a sul do Tejo, e que tivemos oportunidade de apresentar detalhadamente no estudo que fizemos para a zona de Póvoa e Meadas (2).

Desses aspectos destacamos aqui a tese de P. M. Laranjo Coelho que nos fala de dois Montes Herminios, o maior (Serra da Estrela) e o menor (Serra de Marvão), onde se localiza a antiga Medróbica ou Aramenha, cujo último nome derivaria de Herminio (Herminio - Haraminia - Haraminha - Aramenha) (3).

São importantes ainda as várias referências a episódios envolvendo os Lusitanos a sul do Tejo, como sejam o assassinio de muitos deles ordenado pelo Pretor Sérgio Galba, através de um acto traiçoeiro (4), a hipótese de Valência de Alcântara ser a colónia de Valência, referida por Tito Lívio, que teria sido doada aos soldados que lutaram sob o comando de Viriato, pelo Cônsul romano Lúcio Bruto (5), para além do facto de se saber que a maior parte das batalhas entre romanos e lusitanos se terem travado bem a sul do Tejo.

A resistência que este povo opôs ao domínio romano fêz com que a imagem que dele, a História registou, fosse a de um povo de guerreiros e de cujos chefes militares todos conheçam, hoje, os nome de Viriato, entre outros. No entanto, antes de guerreiros, os Lusitanos eram, principalmente pastores.

Na sua actividade de guardadores e criadores de gado usavam a técnica da transumância, ou seja, faziam deslocar os rebanhos, de região em região consoante o clima e as pastagens assim o aconselhavam.

Sabe-se que a região de que estamos a tratar foi uma das zonas por onde passaram esses rebanhos. Não foi, concerteza, por acaso, que, em épocas posteriores, Montalvão se havia de tornar um importante ponto de passagem entre as duas margens do Tejo. Adriano Vasco Rodrigues refere como locais de transumância, entre outros, Valência de Alcântara, Cáceres, S. Vicente de Alcântara, Mérida, Portalegre e Castelo de Vide (6).

Que ecos terão então ficado dessa passagem dos Lusitanos?

No estudo, a que já aludimos, sobre Póvoa e Meadas, defendemos a ideia de que os chamados safurdões serão um legado desses pastores, pois que a sua técnica de construção: falsa cúpula e planta circular permite, em nosso entender, estabelecer uma ligação entre uns e outros.

A junção das duas técnicas de construção referidas foi, seguramente, obra do cruzamento de duas culturas. A falsa cúpula era muito usada no Sul, quer em túmulos, quer em fornos e a planta circular é típica dos castros do Norte. Ao chegarem a esta região, os Lusitanos terão percebido que a cobertura das casas feita de colmo ou outro vegetal, usada nos castros, era muito menos segura e confortável que a falsa cúpula que aqui vieram encontrar e terão procedido à ligação de uma à outra.

Os safurdões são numerosos nos concelhos de Castelo de Vide e Marvão e de acordo com a ideia que vimos defendendo, serão o resultado de uma conservação daquela técnica de construção por sucessivas gerações de pastores, que após o domínio romano, mantiveram o seu modo de vida, ainda que sob as ordens de outros amos, tendo assim, essas construções, chegado até aos nossos dias, como abrigo de pessoas e animais.

Em Montalvão, no entanto, e à semelhança do Norte do concelho de Castelo de Vide, os safurdões são já raros. Não sabemos a razão ou razões de tal facto, mas estamos em crer que terá a ver com o desenvolvimento posterior da agricultura e, em particular da existência de maior número de rebanhos que terá levado a uma maior utilização e conseqüente conservação dos safurdões em zonas mais a sul de Montalvão e Póvoa e Meadas.

Na verdade, se se olhar para a Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide é possível verificar que a distribuição dos safurdões acompanha claramente a dos vestígios romanos, ou seja, à medida que se reduzem os sinais de *villae* romanas assim rareiam os safurdões.

Estas construções são pois, a nosso ver, um dos ecos da passagem dos Lusitanos por estas paragens. Mas, em Montalvão esses ecos são ainda mais fortes, já que, para além dos safurdões, vestígio indirecto da sua cultura, foi possível descobrir um testemunho directo e que se trata de uma ara (altar de sacrifício) encontrada na Salavessa e dedicada ao deus Quangeio Tango, um dos muitos deuses adorados pelos Lusitanos.

Quando, após dois séculos, sobre as primeiras invasões verificadas em 218 A.C., os Romanos conseguiram a pacificação da Península Ibérica, puderam, então, alargar e consolidar todo um processo de imposição da sua cultura e do seu domínio político e económico em substituição da cultura e economia indígenas.

Zonas houve, porém, em que devido a uma menor resistência ao seu avanço, os dominadores romanos permitiram a permanência de traços culturais e religiosos e mesmo de algum poder económico às populações aí fixadas.

Montalvão, como de resto, grande parte do Nordeste Alentejano, parece ter sido uma dessas regiões, suposição esta, reforçada pela distribuição de inscrições de origem indígena encontradas no sul de Portugal.

De facto o mapa dessas inscrições apresenta-nos o actual distrito de Portalegre como sendo uma das regiões do território português onde se concentram e dominam as inscrições com nomes de origem local (7).

É neste contexto que devemos interpretar a ara da Salavessa devotada a Quangeio Tango. Foi descoberta em 1975 no decurso dos estudos sobre a zona envolvente do Vale do Tejo e mais tarde estudada por José Manuel Garcia (8).

Segundo este autor não se sabe o local exacto da proveniência da ara, havendo, no entanto, na aldeia, a suposição de que poderá ter sido encontrada no sítio denominado "Salavessinha".

A inscrição da ara é, ainda segundo o mesmo autor, a seguinte: "Lupus Lanci (filius) Quangeio TANGO Votum Soluit" (9).

Daqui resulta que, durante um certo período da dominação romana, terá existido perto da Salavessa uma villa (herdade) na posse de um tal Lupus filho de Lanci, de origem lusitana e que mantinha o culto ao seu deus tradicional, no caso Quangeio Tango.

Este deus deve ter tido um culto de certo modo importante, uma vez que, para além da ara da Salavessa, são conhecidas mais duas no concelho de Penamacor (Bemposta e Bom Sucesso) e uma outra em Malpartida de Placência (Espanha).

No entanto, com o decorrer do tempo e com o acentuar da aculturação das populações o que era romano tendia, cada vez mais, a substituir os elementos da cultura local e, assim, os próprios deuses indígenas foram sendo absorvidos pelo culto dos deuses romanos.

Segundo José Manuel Garcia este fenómeno ter-se-á verificado com Quangeio Tango que acabaria por ser substituído por Júpiter (10).

Após a conquista da Península os romanos dividiram-na, inicialmente, em duas grandes províncias: Citerior e Ulterior. O imperador Augusto alterou esta divisão para três províncias: Lusitânia, Bética e Terraconense. Montalvão situava-se na Lusitânia cuja capital era Emérita Augusta (Mérida) e cujos limites eram o oceano Atlântico, o Douro e o Guadiana.

A Lusitânia, por sua vez, encontrava-se dividida em três regiões administrativas: Conventus Pacencis, com capital em Pax Júlia (Beja); Conventus Scalabitano, com sede em Scallabis (Santarém) e Conventus Emeritense com capital em Emérita Augusta e de qual dependia a região de Montalvão.

Por Estrabão, autor romano, ficamos a saber que esta era uma região bastante rica onde se cultivava a oliveira, a vinha, os cereais (com destaque para o linho) e se criava gado, particularmente o suíno e onde a pesca era também abundante.

Para além das riquezas naturais, contavam-se também aqui algumas indústrias, com evidência para a cerâmica, mas também o azeite e a tecelagem, viradas, fundamentalmente para o comércio interno.

Uma extraordinária rede de estradas permitia as comunicações e o comércio entre todo o Império e aquela que ligava Scallabis a Norba (Cáceres) passava relativamente perto de Montalvão o que terá ajudado, concerteza, ao progresso da região.

Aramenha, a antiga Medróbica, depois Ammaia para os Romanos é, talvez, a prova mais evidente do florescimento económico de toda esta região.

Mais do que o domínio cultural, religioso e político, os Romanos assentavam o seu poder no domínio económico. E neste aspecto, tem especial importância o facto de irem transformando os legionários em colonos à medida que a sua importância militar ia sendo reduzida.

Surgiram assim inúmeras villae, autênticos latifúndios. Nestas vilas rústicas viviam o proprietário, na vila propriamente dita, e os escravos em habitações modestas.

Os palácios dos senhores das vilas tinham grandes comodidades e luxos como sejam: jardins, balneários, capelas, etc. e no perímetro da vila existiam ainda as acomodações para gados e alaias agrícolas e mesmo alguns engenhos como teares, lagares e fornos.

Em Montalvão, mais propriamente na Salavessa, existiu, pelo menos, uma dessas villae, talvez duas, se considerarmos que a ara devotada a Quageio Tango proveio de local diferente de outras que se encontraram na zona.

De facto, para além da ara a que nos temos vindo a referir, foram encontradas mais duas na Herdade de Pêro Galego no sítio da Fonte Feia a cerca de 4,5 km da Salavessa (11), consagradas a Iovi Repulsi, uma das várias formas porque se designava Júpiter. Os dedicantes eram: Celtius Tongi (filius) e Tanginus Docquiri (filius), muito provavelmente, os donos, em épocas diferentes da vila romana existente na Herdade de Pêro Galego.

A existência destes vestígios arqueológicos próximos da Salavessa e o desconhecimento de outros da mesma época junto de Montalvão indiciam que o sítio onde hoje se situa a vila, teria tido apenas uma importância estratégica de carácter guerreiro e que deverá mesmo ter desaparecido por completo durante o domínio romano, pois que, pacificada a região, as populações deverão ter-se fixado em zonas mais propícias à agricultura, e, por outro lado, os povoados fortificados deixavam de fazer sentido, ou teriam mesmo sido destruídos pelos conquistadores.

- (1) Rodrigues, M^a Conceição
Op. Cit.
Pag. 128
- (2) Rosa, Jorge
Póvoa e Meadas, um olhar sobre a sua História
- (3) Coelho, P. M. Laranjo
Terras de Odiana
Separata de " O Instituto "
Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924
- (4) Rodrigues, Adriano Vasco
Os Lusitanos e as suas guerrilhas
Separata da revista " Beira Alta "
1964, pag. 6
- (5) Coelho, P. M. Laranjo
Op. Cit.
- (6) Rodrigues, Adriano Vasco
Comunicação apresentada ao IV Colóquio Português de Arqueologia, 1965
Separata de " Actas ao IV C. P. A. "
" Lucerna " , vol. V, 1965, pag. 16
- (7) Encarnação, José d'
Inscrições Romanas do Conventus Pacensis
Faculdade de Letras de Coimbra
Instituto de Arqueologia
Coimbra, 1984, pag. 849
- (8) Garcia, José Manuel
Quangeio Deus Lusitano
in História, nº 76, Fevereiro, 1985, pag. 24
- (9) Idem
- (10) Idem
- (11) Idem

MONTE ALVAM

O Império Romano atingiu uma tal dimensão, que, de tão grande, originou a sua própria queda.

As dificuldades cada vez maiores para aguentar as fronteiras, que necessitavam de soldados que as defendessem, que, por sua vez, exigiam pagamentos, só possíveis com novas conquistas, que, entretanto escasseavam por falta de novos territórios, criaram um verdadeiro círculo vicioso que levou à agonia do Império.

Assim ordens cada vez maiores de povos do exterior, a quem os Romanos chamavam bárbaros, lançaram-se ao assalto dos infindáveis territórios sob dominação romana.

A Península Ibérica também não podia escapar a esta escalada de invasões tendo, então, passado por aqui, em vagas sucessivas, vários povos de origem germânica: os Vândalos, os Alanos, os Suevos e os Visigodos.

Os primeiros atravessaram o actual território português e dirigiram-se para o Norte de África levando consigo parte dos Alanos, os que não seguiram os Vândalos foram em breve absorvidos pelos Suevos que se fixaram a norte e pelos Visigodos que ocuparam o Sul.

Durante anos estes dois últimos povos degladiaram-se até que, comandados por Eurico, os Visigodos, derrotaram definitivamente os Suevos e conquistaram toda a Península com excepção da Galiza.

Em 585, no entanto, Suintila, estende finalmente o poder visigodo a toda a Ibéria, poder esse, que só terminaria em 711, data das primeiras invasões árabes.

A permanência dos Visigodos no território que hoje constitui Portugal, para além de relativamente curta, cerca de três séculos, foi ainda bastante agitada por lutas internas o que fez com que a presença deste povo não tivesse deixado um grande número de testemunhos.

Ainda assim na região onde se situa Montalvão é possível encontrar algumas das marcas deixadas pelos Visigodos. Na vizinha aldeia de Póvoa e Meadas, em especial, na sua barragem existem várias necrópoles atribuídas a este povo, bem como restos de habitações.

As sepulturas dessas necrópoles são do tipo cista, isto é, quadrangulares e constituídas por lages. Tendo sido encontrados, numa delas, alguns vasos de cerâmica, uma fivela de cinto em ferro e um anel de bronze (1).

Já no termo de Montalvão tivemos oportunidade de observar uma destas sepulturas, situada no pequeno vale entre o caminho para o Vale de Figueira e o

cabeço que lhe fica defronte, no sentido Póvoa - Montalvão e, segundo a pessoa que nos indicou esta, outras mais existirão, ou terão existido, nessa tapada.

Não muito longe desta sepultura, mas ainda no termo de Póvoa e Meadas, há notícia, não confirmada, de outro cemitério, com sepulturas do mesmo tipo na Barbuda (2).

Os achados na necrópole da Barragem da Póvoa levaram Maria da Conceição Rodrigues a apontar o sec. IV como época de passagem dos Visigodos nesta região, ideia que reforçou com o achado de uma moeda do rei Egica na Herdade do Mascarro no termo de Castelo de Vide (3).

José Figueiredo, na Monografia da Notável Vila de Nisa, adianta outros dados, que alargam a permanência dos Visigodos na região até ao sec. VI. Refere, este autor, que nos arredores de Nisa foram encontradas quatro moedas, sendo uma delas, um triente de ouro do reinado de Leovigildo, encontrada na "Coutadinha", as outras três são: um soldo de ouro encontrado em S. Gens, um triente de ouro, cunhado em Constantinopla no reinado de Juliano I, encontrado na tapada da Fonte da Cal e ainda um triente suevo, encontrado no Chão do Pinheiro (4).

Durante a estada dos Visigodos na região de Montalvão, talvez a vila romana da Salavessa tenha desaparecido na voragem daqueles tempos conturbados, mas, por seu lado, a posição estratégica de Montalvão é bem possível que tenha assumido maior protagonismo e que tenham sido mesmo os Visigodos a construir o seu Castelo.

Tal ideia é uma mera hipótese e prende-se com a origem do nome Montalvão.

Não pretendemos aqui resolver a questão de como surgiu tal nome, questão essa de solução bastante difícil, senão impossível. No entanto, se atendermos ao facto de que Montalvão, ou pelo menos o seu castelo, já era assim conhecida durante o período árabe, ganha maior força a tese que atribui uma origem local ao nome da vila em detrimento de origem estrangeira, nomeadamente francesa ou castelhana.

De facto o Dr. Alexandre Carvalho Costa adianta as duas teses como possíveis, isto é, Montalvão com origem interna ou então derivando do espanhol ou mesmo do francês, à semelhança do que se poderá dizer, para a não muito distante Tolosa, na medida que tanto em Espanha como em França existem uma Tolosa e uma Toulouse e uma Montalvan e uma Montauban (5).

Uma origem exterior, no nosso entender, só parece possível após a dominação árabe, quer fosse através dos cruzados, muitos deles de origem normanda ou através dos nossos vizinhos castelhanos. Só que, como já dissemos, Montalvão já existia com tal nome o que não é o caso de Tolosa. Esta vila, viria a ser fundada já em pleno processo de reconquista pelos Hospitalários em terras que lhes foram doadas por D. Sancho II (6).

Por outro lado a forma como o nome da vila aparece nos primeiros documentos: Monte Alvam vem dar maior corpo a uma das teses referidas pelo Dr. Carvalho Costa e que é a de que tal designação derivara de Monte Alvo, que deu,

como diminutivo, Monte Alvinho e como aumentativo Monte Alvão, ainda que seja difícil perceber porque se acharia o local onde se situa hoje Montalvão um monte alvo (branco).

Seja como for se não foram os Visigodos a construir o castelo, então foram, de certeza os mouros. Esta dúvida será hoje, provavelmente, impossível de esclarecer, pois que, o castelo, foi, desde época desconhecida e até aos anos 50 utilizado como cemitério o que torna muito difícil que, uma eventual escavação arqueológica, pudesse encontrar elementos decisivos para atribuição de uma origem á fortificação.

Em 710 os partidários do falecido rei visigodo Vitiza, que se degladiavam com o novo rei Rodrigo, pediram ajuda aos mouros do Norte de África, que atravessaram o Estreito de Gibraltar comandados por Tarif. Era o ponto de partida das invasões árabes que se repetiriam por diferentes épocas. No ano seguinte, já comandados por Tarik, os mouros tornam a invadir a Península, mas desta vez com o objectivo de se fixarem no poder.

A 19 de Julho de 711 as tropas de Tarik derrotam as de Rodrigo na famosa batalha de Guadalete e os exércitos mouros só pararão em 732 quando, Carlos Martel chefe dos Francos, na não menos célebre batalha de Poitiers, lhes barrou a passagem para além Pirinéus.

O domínio árabe, á semelhança do visigodo, não se processou de forma calma, bem pelo contrário. Desde cedo as lutas internas entre partidos agitaram a vida do Emirado, depois Califado de Córdova, que entretanto se tinha constituído no Al-Andaluz, nome que os mouros deram á Península Ibérica.

Esta agitação é uma das razões porque não se encontram vestígios materiais da passagem árabe pela região de que nos vimos ocupando. No entanto, a razão principal para a falta desses vestígios é outra. Os muçulmanos basearam o seu domínio no aproveitamento das estruturas que vieram encontrar, preferindo apostar no desenvolvimento económico e cultural, através da introdução de novas técnicas e ciências, até aí, desconhecidas dos ibéricos.

Mas apesar de poucos sempre há alguns vestígios materiais, nomeadamente o achado, referido por José Figueiredo, de cerca de cem moedas de prata na tapada do Severino, junto do Monte Claro, e que o Dr. Pedro Batalha Reis classificou como sendo dirhemes do Emir de Córdova, Abderrahman II que governou entre 821 e 852 (7).

As marcas da sua passagem, por não serem essencialmente de natureza material, não ruíram com o passar dos séculos, mas permaneceram até aos nossos dias, particularmente no domínio da agricultura, cujo elemento emblemático é a nora, bem visível nos nossos campos.

Para além das técnicas outra das marcas árabes é composta pelos inúmeros vocábulos que o português veio a incorporar e que aqui têm grande expressão, sendo alguns próprios de Montalvão.

Pelo historiador e geógrafo mouro Ahmed Arrazi, que viveu no Andaluz durante o sec. X, ficamos a saber que o castelo de Montalvão já existia naquela época, pertencendo ao termo de Egitânia (Idanha), juntamente com os de Monsanto, Arronches e Alcântara (8).

Esta indicação parece-nos servir para apoiar a idéia, atrás referida, de que teriam sido os Visigodos a construir o castelo, pois que, sabe-se, os mouros respeitaram as divisões administrativas que encontraram. Ora uma ligação de Montalvão a Egitânia, onde a presença visigoda foi bastante significativa, leva-nos a supôr que existiria já anteriormente à conquista árabe, caso contrário, o mais natural seria, que Montalvão pertencesse ao termo de uma cidade a sul do Tejo, muito provavelmente Badajoz.

A ser assim e sabendo-se que a Egitânia foi conquistada logo em 713, podemos admitir que o castelo de Montalvão vem já, pelo menos do sec. VIII e, terá, concerteza, sido de grande importância para o avanço da invasão árabe.

E se de facto já existia, voltou, seguramente, a desempenhar importante papel na série de revoltas e guerras civis que marcaram todo o período da dominação árabe.

Uma das revoltas mais importantes foi levada a cabo pelo muwalladun (malado) Abd al-Rahmân b. Marwân b. Yunus, mais conhecido por Ibn al-Jilliki (filho do Galego). Malados era o nome que se dava aos cristãos convertidos ao islamismo, chegando alguns a ser figuras proeminentes na sociedade muçulmana, como sucedia com este Filho do Galego, que terá sido um rico proprietário rural (9).

A revolta conduzida por Ibn Marwân durou de 868 até 930 e alguns dos seus episódios desenrolaram-se na região onde se inclui Montalvão e, talvez por isso, a vila de Marvão deva o seu nome àquele chefe rebelde.

De 1009 em diante as lutas internas passaram a ser constantes e o Califado viria a dividir-se em vários reinos independentes chamados Taifas, dos quais os maiores eram o de Sevilha e o de Badajoz, que logo trataram de se degladiar e de tentar, ao mesmo tempo, absorver os outros mais fracos.

Os cristãos que, entretanto tinham iniciado a Reconquista a partir das Astúrias, aproveitaram da melhor forma estas lutas e divisões no seio dos mouros e em 1086 já estavam a dar-lhes luta próximo de Badajoz, da qual os mouros saíram ainda vitoriosos.

Pelo que se disse é fácil de perceber que as gentes desta região não tivessem condições para estabelecer a sua vida, tão frequentes deviam ser as lutas, os saques e a destruição das colheitas. Assim crê-se que toda esta zona tivesse ficado praticamente deserta só começando a recuperar após a consolidação da fronteira a sul do Tejo, entre cristãos e muçulmanos.

Por tudo isto o centro de interesse da zona de Montalvão deve ter-se deslocado definitivamente para o seu castelo em detrimento da Salavessa, cuja vila romana, se

não entrou em declínio ainda durante o período visigodo, terá certamente sido abandonada durante ou no final da dominação árabe.

- (1) Rodrigues, M^a Conceição
Op. Cit.
Pag. 185
- (2) Idem
Pag. 186
- (3) Idem
Pag. 188
- (4) Figueiredo, José
Monografia da Notável Vila de Nisa
Sintra, Tip. Medina, 1953, pag. 3
- (5) Costa, Alexandre Carvalho
citado por Comissão Conservadora das obras da Ermida de Nossa Senhora dos Remédios
de Montalvão em
Montalvão Elementos para uma monografia desta freguesia do concelho de Nisa
Tipave, Agosto, 1980, pag. 43 e 44
- (6) Coelho, António Borges
Portugal na Espanha Árabe
Vol. 1, 2^a Edição
Editorial Caminho, Lisboa, 1989, pag. 49 e 50
- (7) Figueiredo, José
Op. cit.
Pag. 3
- (8) Moura, José Diniz G. Motta e
Memória Histórica da Notável Vila de Niza
Fac-símile da Edição de 1855
Lisboa, I. N. C. M., 1982, pag. 23
- (9) Araújo, Luis Manuel de
Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular
in História de Portugal, dirigida por José Hermano Saraiva
Seleccções do Reader's Digest, Publicações Alfa
Lisboa, 1983, vol. I, pag. 256

A COMENDA DE MONTALVÃO

Como vimos atrás em 1086 a guerra que os cristãos moveram aos mouros e a que se deu o nome de Reconquista, tinha já chegado a sul do Tejo. Este processo iniciado muito antes, sofreu avanços e retrocessos, mas a partir de 1128, a reconquista do actual território de Portugal, tornou-se irreversível.

Naquela data D. Afonso Henriques venceu sua mãe na batalha de S. Mamede e tornou-se o verdadeiro senhor do Condado Portucalense que, em breve, ele tornaria independente fundando assim Portugal.

Logo que reuniu condições de alguma estabilidade interna e externa, no que diz respeito ao reino de Leão, o nosso primeiro rei lançou-se na empresa de expandir o território à custa de sucessivas conquistas aos mouros.

Para o sucesso desta empresa D. Afonso Henriques procurou o concurso de várias Ordens Militares a troco de grandes doações de terras e privilégios e entre as quais se destacou a dos Templários.

A esta Ordem doou a terça parte das terras que conquistassem no Alentejo e os cavaleiros do Templo devem ter dado particular atenção ao território de Idanha que também lhes havia sido doado em 1165. Para assegurar a defesa destas terras e poder iniciar o seu repovoamento tornava-se necessário estabelecer uma barreira defensiva no Nordeste Alentejano.

Não é pois de admirar que Montalvão tenha sido uma das primeiras terras a ser doadas aos Templários, o que segundo Alexandre Herculano, sucedeu em 1165, juntamente com as vilas de: Tomar, Vila-Flôr, Alpalhão e Nisa (1).

D. Sancho I que sucedeu a D. Afonso continuou a tarefa de aumentar o território, prosseguindo a mesma política de doações às Ordens Militares, mas prestou particular atenção ao repovoamento das terras que iam sendo conquistadas, passando à História com o cognome de O Povoador.

Em 1199 doou também aos Templários a Herdade da Açafa (Rodão), enorme extensão de terra que complementava as terras de Idanha e que se estendia pelas duas margens do Tejo. Na margem esquerda os seus limites foram assim traçados: "*Partitum enim ultra Tagum per focem de Figueiroo, quomodo intra Tagum, deinde intrat ad restrum de Melrica, et vadit Mongaret deinde ad cimalias de aque de Vida, deinde ad castellum de Terron quomodo vadit ad Monasterium de Alpalante deinde ad semederium de Benfayan, deinde ad Portum de Mola de Salor, quomodo vertuntur aqua Tagum...*" (2).

Não sendo fácil, por esta descrição identificar com precisão os limites da Açafa a sul do Tejo, ainda assim podem apontar-se o ribeiro de Figueiró, a ribeira da Vide, o rio Sever, Alpalhão, que ficamos a saber tinha um mosteiro e o castelo de Terron, que

se supõe ficar em Nisa, não restam, porém, dúvidas que os Templários passavam a dispôr duma vasta zona a sul do castelo de Montalvão.

Esta doação deveria significar que, por aquela altura, estariam reunidas condições mínimas para começar o repovoamento da zona, dado que os cavaleiros do Templo passavam a ocupar dois castelos que lhes permitiriam defender as populações dos ataques mouros.

A primeira medida a tomar seria chamar à região gente que estivesse disposta a fixar-se ali e a cultivar as terras, tarefa que viria a revelar-se bastante difícil.

Talvez que os vestígios desses primeiros cristãos sejam constituídos pelas sepulturas escavadas em rocha que aqui se podem encontrar, nomeadamente no Vale de Figueira.

A datação deste tipo de sepulturas não é, ainda consensual entre os arqueólogos, sendo, no entanto, a tese que as atribui à época medieval aquela que recolhe maior número de adeptos. Mas, no trabalho que realizámos sobre Póvoa e Meadas avançamos a hipótese de, nesta região, tais sepúlcros, ou parte deles, se poderem atribuir ao período moçárabe, baseados no achado por M^a da Conceição Rodrigues de um fragmento de cerâmica com uma estrela de cinco pontas (pentalfa) gravada, junto de uma delas (3).

Este pequeno indício poderá revelar uma cohabitação das culturas cristã e muçulmana, característica do período moçárabe, assim chamado porque nessa época determinada os muçulmanos permitiram aos cristãos que aceitaram o seu domínio a prática da sua religião e aos quais se deu o nome de moçárabes.

Se esta nossa suposição for correcta, então a região do Nordeste Alentejano não terá ficado totalmente deserta, tendo, aqui, permanecido alguns poucos habitantes afectos ao cristianismo e terá sido, talvez por isso, que uma das primeiras medidas dos Templários foi construir capelas por vários pontos do seu território.

Destas capelas conhecem-se três dedicadas ao Mártir Santo, uma em Póvoa e Meadas, depois substituída pela actual igreja da Mesericórdia, outra em Montalvão, hoje transformada em barracão e uma outra em Nisa e ainda a capela de S. Silvestre entre Montalvão e Póvoa e Meadas, tendo a particularidade de apresentarem a cruz da Ordem do Templo em diferentes pontos da sua estrutura.

A escolha do Mártir Santo para patrono de tais capelas explica-se por, naqueles tempos de "guerra santa" os mártires serem bastante venerados ao ponto de muitas vezes o martírio ser provocado por fanáticos que se deixavam matar pelos mouros para assim alcançar o céu.

Mas voltando ao assunto do repovoamento e das dificuldades para o levar a cabo sabemos que Montalvão passou a comenda da Ordem, isto é, foi entregue a um comendador com vários poderes civis, judiciais e económicos sobre a população de forma a que este se empenhasse na fixação de pessoas que lhe garantiriam tanto mais rendimentos quanto maior fosse a produção.

Em 1295 o Bispo da Guarda e o Mestre da Ordem dos Templários, D. João Fernandes fizeram uma composição sobre os direitos episcopais das vilas de Nisa, Alpalhão e Montalvão e na qual se estabelecia o seguinte: a posse das vilas e seus termos era outorgada ao Mestre dos Templários, enquanto que o Bispo e seus sucessores passavam a ter direito ao quinto de todos os dizimos, mortuárias e falhas recolhidos nas três vilas; cabia aos comendadores a recolha desses impostos; estes ficavam obrigados a apresentar anualmente capelães idóneos para as igrejas das vilas; o Bispo tinha licença para ter casa própria em cada uma das vilas para seu recolhimento e recebimento das rendas, mas os comendadores ficavam também obrigados a receber o Bispo e os seus congruentes quando este se deslocasse em visita às suas terras; quem não cumprisse o acordado teria de pagar cem marcas de prata à outra parte (4).

Este acordo foi confirmado dez anos depois, em 1305, pelos mesmos D. João Fernandes e Bispo da Guarda (5).

Montalvão devia pertencer ao Bispado da Guarda desde época remota e em 1278 essa posse foi confirmada por acordo entre o Bispo da Guarda, D. Rodrigo e o de Évora, D. Martinho, no qual se estabeleceu que ficavam a pertencer ao Bispado da Guarda as vilas de: Nisa, Montalvão, Alpalhão, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Alegrete, Codeceira, Albuquerque e seus termos e ao Bispado de Évora as vilas de: Elvas, Arronches, Assumar, Alter do Chão, Monforte, Crato, Arez, Amieira e seus termos (6).

Em 1549, pela Bula *Pro excellenti Apostolico saedis* do Papa Paulo III, de 12 de Setembro, foi criado o Bispado de Portalegre e nela se estipulava que ficassem a pertencer ao novo Bispado as vilas de: Castelo de Vide, Marvão, Alpalhão, Crato, Alegrete, Tolosa, Nisa, Vila Flôr, Póvoa e Meadas, Belver, Gavião, Montalvão, Alter do Chão e Concelho de Margem e Longomel (7).

A Ordem tinha um cuidado especial com o cumprimento dos deveres dos comendadores e para o assegurar elegia em Capitúlo ou, caso este não reunisse, nomeava dois visitantes, mais tarde quatro, que tinham por missão visitar todos os castelos, vilas, torres, pontes, casas, igrejas, moinhos, vinhas, prados, montes, herdades e qualquer outra propriedade da Ordem (8).

Por esta lista já se pode fazer uma avaliação do poder económico de que chegaram a dispôr os Templários. Mas não era só com os bens materiais que estes se preocupavam. Os visitantes eram também encarregados de uma série de outras questões tais como:

- exigir que lhes mostrassem o título do hábito e da profissão e a carta da comenda, quitações de meias anatas e três quartos, o tombo da comenda ou os bens da Ordem que possuíssem;
- exigir a certidão de ter cumprido até aquela data as confissões e comunhões da Ordem;
- exigir a denúncia de qualquer cavaleiro que vivesse escandalosamente em matéria de castidade ou tivesse qualquer outro vício, ou ainda que tivesse infringido os estatutos da Ordem;

- saber se os comendadores tinham manto e se o usavam no dia da Regra e se traziam os Hábitos nas vestes exteriores conforme a Regra;
- saber se fizeram prazos e se tinham licença para tal e se estes não iam contra os interesses da Ordem;
- saber se delapidaram os bens da Ordem;
- saber se havia algum comendador, cavaleiro ou freire que fosse publicamente blasfemador, renegador, onzeneiro, jogador em excesso, ou que tivesse algum ofício infame
- e ainda saber se algum comendador, cavaleiro ou freire vivia com algum senhor e se, para tal tinha licença do Mestre (9).

As primeiras comendas dos Templários nesta região do Alto Alentejo foram: Montalvão, Nisa, Alpalhão, Castelo de Vide, S. João de Alegrete e Arêz. Em Montalvão um dos seus primeiros comendadores foi o cavaleiro Álvaro da Silveira (10).

Acabada a Reconquista o País, podia agora, entregar-se à tarefa de repovoamento com maior segurança e conseqüente desenvolvimento das várias regiões.

Montalvão passaria a desempenhar um importante papel nesse processo dado ser um ponto preveligiado de ligação entre o Norte e o Sul através da barca que ligava as duas margens do Tejo, e por isso, grangeou considerável desenvolvimento económico.

A sua importância era tal que levou a que a Ordem de Cristo, fundada por D. Diniz em 1315, e herdeira da extinta Ordem dos Templários, na sua primeira ordenação feita pelo seu primeiro Mestre, Fr. Gil Martins, em 11 de Junho de 1321, estipulasse: "... *Outrossi, reteemos Castelbranco pera morada de nos, meestre, con todolas cousas que a ordem hy ha e en seus termhos e o que ha en Nisa e no Rodão e en Alpalhan e en Montalvan e en Ares ...*"(11).

Esta deliberação mostra bem como toda esta região do Alto Alentejo, como seguimento da Beira Baixa se revelava de grande importância para os interesses dos dirigentes da nova Ordem de Cristo. E para o confirmar, cinco anos mais tarde, em 16 de Agosto de 1326, o novo Mestre, D. João Lourenço, na sua primeira ordenação, volta a reafirmar as mesmas disposições de Fr. Gil Martins (12).

Mas esta última deliberação viria a gerar enorme polémica. A Ordem de Cristo seguiu a política dos Templários de entregar parte das suas terras a comendadores e parece que o seu primeiro Mestre terá dado Montalvão a um tal D. Martim Mendes, que quando, em 1365, D. João Lourenço foi afastado do cargo, recorreu para o seu sucessor D. Martim Gonçalves, alegando que o anterior Mestre lhe retirara indevidamente Montalvão.

Por sentença de 1367 D. Martim Gonçalves dá-lhe razão e condena D. João Lourenço a devolver Montalvão com as suas rendas e bens e ainda ao pagamento das custas do processo (13).

Mas a contenda não iria acabar aqui. Ao que parece o Mestre da Ordem de Cristo terá mudado de idéias e passado algum tempo fez a Martim Mendes o mesmo que o seu antecessor, isto é, alegando que o comendador não cumpria as suas obrigações retirou-lhe a posse de Montalvão, e este voltou a recorrer da decisão.

D. Afonso IV viria a resolver a questão em sentença tomada na presença dos procuradores das duas partes: Estevão Gonçalves, freire da Ordem em representação do Mestre, seu irmão e um tesoureiro de Lamego, irmão de Martim Mendes que o representava. A sentença acabou, de certo modo, por dar razão às duas partes, pois que estipulou que Montalvão passasse para a posse da Ordem, mas, em contrapartida, esta, ficava obrigada a pagar a Martim Mendes 150 libras por ano, enquanto este fosse vivo, com os bens que possuía em Lisboa e ainda a pagar mais 467 libras, caso se provasse que D. João Fernandes o não tinha feito, conforme fora condenado na primeira sentença (14).

Toda esta polémica que teve que ser resolvida pelo próprio rei só vem confirmar a importância que se atribuía, naquela época, à posse de Montalvão.

Mas, apesar de próspera, Montalvão, continuava a ter problemas de povoamento o que levou à concessão de privilégios aos seus moradores como aconteceu em 6 de Agosto de 1449 em que D. Afonso V, a pedido do Infante D. Henrique, administrador da Ordem de Cristo, os isentava de terem cavalos e armas e de comparecerem em alardos. Este pedido do Infante que se estendia a Alpalhão e Arez, ficou a dever-se ao facto de estas terras que lhe pertenciam se encontrarem despovoadas (15).

Nas Cortes de Lisboa de 1459 os procuradores da vila de Nisa pediam que fossem concedidos à sua terra os mesmos privilégios de que já gozavam Alpalhão e Montalvão e que eram a isenção de contribuir com besteiros para o "conto" e de contribuir com armas e cavalos (16), o que nos mostra que os benefícios concedidos em 1449 tiveram que ser ampliados, concerteza devido à existência ainda de dificuldades de povoamento.

Em 1503, talvez por interesse da política de Descobrimentos, a Comenda de Montalvão, a Perceptoría da Redinha e 100 000 reis anuais forão incorporados em conjunto na Casa da Mina. Anos mais tarde, D. Sebastião, então administrador da Ordem de Cristo, pede ao Papa Pio IV para proceder à sua separação, tendo em mente poder usá-las para doações a cavaleiros que o servissem na campanha contra os mouros do Norte de África, que tinha em preparação. O Papa acede mas apenas permite que o Rei possa dispor da Redinha para a doar por inteiro, ou dela fazer tantas comendas quantas quisesse, mantendo Montalvão na posse da Ordem (17).

Mais uma vez se nota o valor que era atribuído a Montalvão pela Ordem de Cristo, que apesar do pedido do Rei, seu administrador, conseguiu, por intermédio do Papa, assegurar a sua posse.

- (1) Herculano, Alexandre
História de Portugal
Livrarias Ailland & Bertrand, Paris-Lisboa
Liv. Francisco Alves, Rio de Janeiro
9ª Edição, Tomo III, pag. 95
- (2) Barata, José P. Martins
Castelo de Vide - Castell da Vide - Castelo D'Avid ?
Separata da "Revista de Portugal" série A: Lingua Portuguesa
Vol. XXXIII, 1968, pag. 260
- (3) Rodrigues, Mª Conceição
Op. Cit.
Pag. 194
- (4) Biblioteca Nacional de Lisboa
Secção de Reservados
Códice 736, fls. 173
- (5) Moura, José Diniz G. Motta e
Op. Cit.
Pag. 25
- (6) Idem
- (7) Idem
Pag. 53
- (8) Coelho, P. M. Laranjo
As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo
in " O Arqueólogo Português"
Imprensa Nacional, Lisboa, 1924
Vol. XXVI, pag. 197
- (9) Idem
- (10) Biblioteca Nacional de Lisboa
Secção de Reservados
Códice 452, fls. 14 e verso
- (11) Monumenta Henricina
Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique
Coimbra, 1969
Vol. I, pag. 144
- (12) Idem
Pag. 152
- (13) Biblioteca Nacional de Lisboa
Secção de Reservados
Códice 735, fls. 42
- (14) Coelho, P. M. Laranjo
Op. cit.
Pag. 236 a 239
- (15) Monumenta Henricina
Vol. X, pag. 112

(16) Portugal, Fernando
Capítulos de Cortes da Vila de Nisa
I. P. de Arqueologia, História e Etnologia
Lisboa, 1970, pag. 9

(17) Biblioteca Nacional de Lisboa
Secção de Reservados
Códice 736, fls. 274

CLERO NOBREZA E POVO

O Castelo de Montalvão, recortando-se contra o céu, dominava a pequena vila. Com as suas muralhas em forma de elipse, construídas em escarpa, de modo a dificultar o assalto por escada, foi, durante a época medieval, o garante da segurança da população da vila e das terras em seu redor.

Era à sombra das suas duas torres que se estendia o casario da vila.

Quase encostada ao castelo, encontrava-se já, a Igreja Matriz, cujo pórtico é anterior ao sec. XIV. Daqui partiam as ruas da Barca e Direita, a primeira com destino ao Tejo, onde, no porto formado pela sua confluência com o Sever, operava a Barca que ligava as suas margens; a segunda, que cremos abrangia a actual Rua do Outeiro, chamada Direita por levar directamente (directamente) à saída da vila e não por ser mais ou menos torta, acabava na Porta de Cima, início da actual Rua do Cabo.

Da Rua da Barca saía já, por esses tempos, a Rua do Ferro, cujo nome, pensamos que se deva ao facto de aí funcionarem oficinas de ferreiro. Pela Rua Direita e passando pela Misericórdia, acedia-se ao Largo onde se encontravam os Paços do Concelho.

O conjunto assim formado era rodeado por uma muralha, mandada construir por D. Diniz (1), e da qual se saía ou entrava pelas Portas de Cima e de Baixo.

Fora das muralhas encontravam-se algumas capelas ou ermidas. As de S. Silvestre e do Mártir, já referidas, e que devem ter sido as primeiras a ser construídas e ainda, nas proximidades da vila, a capela do Espírito Santo, datável do sec. XIV e a de S. Pedro do sec. XV. Mais afastada da vila, junto à antiga estrada de Sta. Margarida, que levava ao Tejo, a ermida do mesmo nome, cujas ruínas, de xisto, deixam perceber a sua grande antiguidade.

Era neste pequeno burgo que viviam e labutavam 153 almas, segundo o Cadastro da População do Reino de 1527 e mais 28 em casais apartados (2). Este reduzido número de pessoas prova as dificuldades que se continuavam a fazer sentir no que respeita ao povoamento da região, dificuldades essas agravadas pela guerra entre Portugal e Castela que se travou entre 1475 e 1478.

Esta guerra provocada por D. Afonso V, ao tentar reunir os tronos dos dois países, através do casamento com sua sobrinha D. Joana, pretendente à coroa castelhana, teve consequências dramáticas para toda a região fronteiriça do Alto Alentejo. Os castelhanos invadiram Portugal e atacaram violentamente Montalvão, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Alegrete, Açumar, Arronches, Monforte, Campo Maior, Ouguela e Elvas, entre outras (2) e a destruição foi tal, que justificou a concessão de vários privilégios às vilas afectadas, por Carta Régia de 1480, para que pudessem recuperar dos estragos sofridos (3).

A semelhança do que se passava no País, também a sociedade em Montalvão se encontrava dividida em três classes principais: o clero, a nobreza e o povo.

O clero fazia sentir o seu peso de forma indirecta, por um lado, através do Bispo da Guarda, que como já vimos detinha vários poderes e direitos e, por outro lado, de forma directa, através da própria Ordem e dos vários padres que lá residiam.

Do acordo entre o Bispo e os Templários, como vimos, constava a obrigatoriedade de nomear vigários ou capelães para todas as igrejas, o que fazia com que o clero representasse uma grande percentagem em 153 habitantes e, por isso, o peso da instituição na vida das pessoas era enorme, que como veremos adiante, regulava até a actividade agrícola, comercial e social.

Esta influência da Igreja sobre a sociedade viria a ter aspectos terríveis com a instituição do Santo Ofício por D. João III. O braço sinistro da Inquisição também se abateu sobre o povo de Montalvão. Entre 1533 e 1568 foram cinco os naturais desta vila perseguidos, e um deles foi mesmo condenado à morte em 1581, tratou-se de Isabel Gomes de 60 anos (4).

Quanto à nobreza os seus representantes eram, em primeiro lugar, o comendador, normalmente um cavaleiro ou um freire da Ordem e, como sabemos, possuía largos privilégios e direitos e, em segundo lugar, a própria Ordem, detentora da quase totalidade das propriedades e que constavam de: vários prédios urbanos e rústicos, sendo de destacar grande número de hortas com boas árvores de fruta, vinha em especial e olivais; de uma barca no Tejo, para ligação das suas margens e que era arrendada; moinhos e azenhas neste rio e no Sever, que igualmente eram arrendados; as rendas sobre os canais que alimentavam algumas das azenhas e moinhos e permitião ainda o desenvolvimento da indústria de panos nos pisões (5).

O povo que constituía a maioria da população limitava-se a trabalhar e a arrecadar para si o pouco que restava das várias recolhas de impostos a que tanto clero, como nobres, o sujeitavam.

A maior parte da população dedicava-se à agricultura, sendo alguns seareiros a quem eram distribuídas anualmente parcelas do conjunto da terra disponível e que se encontrava dividida em quatro folhas: Diagueiros com uma légua de comprimento para o lado de Castelo de Vide; a Madalena também com uma légua para o lado de Nisa; Antas com três quartos de légua para o lado de Espanha e a Barreira com uma légua para o lado do Tejo (6).

Para além dos seareiros havia ainda os jornaleiros, cujo trabalho era sazonal variando a sua retribuição, consoante a época e sabemos que em 1620 era de 80 reis por dia sem comida e 50 reis com comida, isto do dia de Sto. André até ao final de Maio, enquanto que na época da seifa a jorna era de 120 reis e comida (7).

Como complemento a esta actividade alguns dos moradores deviam possuir pequenas hortas ou courelas, dado que existia um pequeno comércio de leite, ovos e galinhas, que ainda em 1620 era o seguinte: um quartilho de leite três reis entre a

Páscoa e o S. Miguel, e dois reis fora deste período, um ovo três reis; uma galinha boa cem reis e pequena 80; um frango grande trinta reis e um pequeno 20 (8).

Os que não tinham este recurso dedicavam-se à caça e à pesca sendo os preços os seguintes: coelhos e perdizes 30 reis entre a Páscoa e o S. Miguel, 40 reis no resto do ano, um arrâtel de peixe 15 reis na Quaresma, 10 reis da Páscoa ao S. Miguel e 12 reis do S. Miguel até ao Entrudo (9). Este pormenor do tabelamento do preço do peixe ilustra bem o peso da Igreja na vida da sociedade, ao ponto de determinar as leis do mercado, isto é, ao determinar épocas de maior procura de peixe por interdição de consumir carne.

Havia ainda quem complementasse os seus parques rendimentos com a venda de lenha que era paga a 70 reis a carga de besta maior e a 40 a carga de besta menor (10).

Ao lado desta gente dedicada à agricultura trabalhavam os homens e mulheres dos ofícios mecânicos, chamados mesterais e por eles podemos ficar com uma idéia, ainda que incompleta da actividade industrial em Montalvão.

Havia os ferreiros que devem ter tido um peso significativo, dado que existe a Rua do Ferro, outra das indústrias com grande desenvolvimento em Montalvão era a dos tecidos e nela trabalhava um conjunto de pessoas divididas por várias profissões, destacando-se os cardadores, as fiadeiras, os tecelões, as tecedeiras, os tosadores (11) e os pisoeiros (12).

Estes últimos juntamente com os moleiros necessitavam da água dos rios para a sua actividade, e para a conseguirem construíram vários canais que a transportavam até ao seu engenho, pagando por isso uma renda à Ordem.

Por um relatório elaborado em 7 de Janeiro de 1506, por Fr. D. João Pereira e Fr. Diogo do Rêgo, visitantes da Ordem de Cristo, ficamos a saber os canais existentes na época, ficando com uma idéia do desenvolvimento destas indústrias na vila. Eram os seguintes: canal de João Migueis, canal de Valentim Dias, canal de Lourenço Fernandes, canal de João Mateus, canal de Gonçalo Nunes, canal de Álvaro Vaz, canal de Estevão Dias, canal dos herdeiros de Gil Gonçalves Dourado, canal de Luis Gonçalves, canal de Rodrigo Anes, canal de João Dias e Diogo Gonçalves, canal de João Vaz e Pero Nunes, canal de Simão Martins no porto Volssem, canal de João Anes Calvacho na fôz do Mérrijos (13).

Para além das indústrias havia o que hoje chamamos prestação de serviços e aí contavam-se: os almocreves, os barbeiros, os estalajadeiros, os sapateiros, os alfaiates e os barqueiros (14).

Pelas taxas que eram obrigados a pagar podemos perceber um pouco melhor a sociedade onde se inseriam, nomeadamente o que calçavam e o que vestiam, o que comiam, etc.

Assim ficamos a saber que usavam botas e sapatas de cordovão, de uma sola ou sobresoladas, botas de correia, sapatas, sapatos e botas de sola do lombo e as senhoras usavam botinas de cordovão (15).

Quanto à roupa, os homens usavam: roupeta, pelote, ferragoulo, capa, capelo, calções, capote, capuz, carapuça e roupeta de luto, colete, gabão, capa de pastor, meias calças, polainas, palmilhas, gibão; as mulheres vestiam: vasquinha, gibão, mantéu, manto e roupão e havia ainda a roupa de criança ou juvenil e que era: calções, roupeta, camisa, gabão, gibão, saia, sainha e mantéu (16).

O serviço das estalagens era composto do seguinte:

- dormidas em esteira e em cama, estas tinham uma enxerga, um colchão, dois lençóis, um cobertor, uma manta e um enchumaço enfrornado;
- comidas de que constava carne de bode, de cabra, de carneiro, de vaca, de porco e de porca, linguiça, vinho e pão; os talheres incluíam toalha, faca, saleiro e copo,
- estrebaria com fornecimento de palha, centeio e cevada (17).

O serviço da Barca, que em 1506 estava arrendada a dois primos, João e Pêro Sambado (18), tinha taxas diferentes para os meses de Verão e de Inverno e por ela passavam, além dos passageiros, grande tráfego de animais (19).

Os mesteirais tinham a sua própria organização com uma herarquia formada pelo Mestre a que se seguiam os Companheiros e por fim os Aprendizes, os quais eram sujeitos a exames para ascenderem no ofício.

Temos conhecimento de três desses exames em Montalvão, o primeiro em 19 de Julho de 1616 no qual foi examinado o ferreiro João Álvares, o segundo em 5 de Setembro de 1620, em que prestou provas o alfaiate Lourenço Vaz, sendo examinador Gonçalo Dias e o terceiro em 22 de Maio de 1621, cujo examinador foi o juiz dos barqueiros, António Fernandes Castilho e o examinado Brás Fernandes (20).

A par da sua organização profissional os homens dos mesteres constituíram associações de carácter religioso: as confrarias, que com o tempo passaram também a desempenhar um importante papel na assistência e solidariedade social. Nas grandes cidades essas confrarias eram próprias de cada ofício, enquanto que nas terras mais pequenas e em zonas rurais, como era o caso de Montalvão, essas associações tinham um carácter mais geral.

As confrarias ou irmandades eram responsáveis pela organização de festas e romarias, apresentando-se com os seus pendões ou bandeiras identificativos, e a importância que se atribuía a tais manifestações era tal, que as organizações que nelas não se fizessem representar podião ser multadas.

Temos notícia duma dessas festas organizadas pelos mesteirais de Montalvão. Trata-se de uma dança de mulheres realizada no dia de Sta. Isabel, 21 de Maio de 1617, e para a qual, os juizes Lourenço Vaz e António Dias, determinaram que se cobrassem 15 reis para o jantar das dançadeiras aos oficiais mecânicos e que eram, na

altura os seguintes: sapateiros, alfaiates, barbeiros, estalajadeiros, moleiros, almocreves, tecelões, tecedeiras, cardadores e barqueiros (21).

Este espírito associativo veio permitir que o povo pudesse participar na gestão dos Concelhos, elegendo representantes seus para as Câmaras. Segundo o Cadastro de 1527, era constituída por três vereadores e um juiz ordinário (22). Em 1620 era composta pelos seguintes oficiais: Pedro Gomes, Simão Marques, Diogo Mendes Nogueira, João Rodrigues, Pêro Dias e André Fernandes, sendo escrivão Gaspar d'Andrade e em 1621 sabemos que um dos oficiais eleitos foi o juiz dos cardadores Manuel Dias de Azevedo (23).

O Concelho tinha funções administrativas, nomeadamente a fixação das taxas dos ofícios e a sua fiscalização, participava na administração da justiça e tinha ainda uma função social ao permitir o uso das terras que lhe pertenciam para pasto comum de animais dos moradores. A este respeito ainda hoje em Montalvão há terrenos a que se dá o nome de "currais do concelho".

Por seu lado o comendador ou a Ordem nomeavam os seus próprios funcionários: os almoçatés ou meirinhos, formando o conjunto de todos estes elementos o aparelho policial e administrativo da vila.

- (1) Costa, Américo
Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular
Porto. Liv. Civilização, 1947
Vol. VIII, pag. 262
- (2) Moreno, Humberto Baquero
Morte de D. Duarte. Luta pela Regência
in História de Portugal, dirigida por José Hermano Saraiva
Lisboa, 1983, vol. 2, pag. 129
- (3) Idem
A Contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português entre
1475 e 1478
Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História
2ª Série, vol. XXV, Lisboa, 1979
Documento publicado em anexo
- (4) Coelho, António Borges
A Inquisição de Évora
- (5) Coelho, P. M. Laranjo
As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo
in "O Arqueólogo Português"
Imprensa Nacional, Lisboa, 1924
Vol. XXVI, pag. 240
- (6) Inquérito do P. Luiz Cardoso
in Montalvão Elementos para uma monografia desta freguesia do concelho de Nisa
editado por Comissão Conservadora das obras da Ermida de Nossa Senhora dos Remédios
de Montalvão
Tipave, Agosto, 1980, pag. 21 a 34
- (7) Portugal, Fernando
Taxas de officios da vila de Montalvão (1620)
Separata da Revista de Portugal
Lingua Portuguesa, Vol. XXXV, Lisboa, 1970
Pag. 239
- (8) Idem
Pag. 240
- (9) Idem
- (10) Idem
Pag. 239
- (11) Idem
Pag. 233
- (12) Coelho, P. M. Laranjo
Op. cit.
Pag. 240
- (13) Idem
- (14) Portugal, Fernando
Op. cit.
Pag. 233

- (15) Idem
Pag. 243 e 244
- (16) Idem
- (17) Idem
Pag. 240 e 241
- (18) Coelho, P. M. Laranjo
Op. cit.
Pag. 240
- (19) Portugal, Fernando
Op. cit.
Pag. 244
- (20) Idem
Pag. 232
- (21) Idem
- (22) Costa, Américo
Op. cit.
Pag. 262
- (23) Portugal, Fernando
Op. cit.
Pag. 247

A GUERRA

Montalvão foi desde sempre terra de fronteira, entre o Norte e o Sul, entre povos e culturas e, por isso o seu castelo foi alvo de inúmeros ataques por parte dos vários beligerantes que por ali se enfrentaram, com vista a apossar-se do controlo de uma importante posição estratégica.

Foi assim quando ainda não passaria de um povoado fortificado e assim continuou sob o domínio godo e islâmico, tendo atingido especial destaque nas guerras entre mouros e cristãos.

Mas os ataques mais numerosos e aqueles de que nos chegaram ecos mais evidentes, foram os sofridos durante as várias guerras entre portugueses e castelhanos, sendo a região de Montalvão um dos pontos preferidos pelos exércitos do país vizinho para invadirem Portugal.

Dessa guerras já fizemos referência à que ocorreu entre 1475 e 1478, com resultados dramáticos para Montalvão e os seus habitantes. Essa guerra foi responsável em grande parte pela situação da vila, que como vimos contava apenas 153 habitantes em 1527, ainda que tenha recuperado dos estragos e tenha alcançado algum desenvolvimento, como se pode perceber pela situação que apresentava em 1620.

Este lento progresso iria em breve sofrer novo interregno.

Em 1640 Portugal, na revolta do 1º de Dezembro, sacudia o jugo castelhano e recuperava a sua independência. Mas seria preciso pagar um elevado preço para consolidar a vitória, pois que Castela desencadeou uma guerra que mais uma vez se abateria sobre as gentes de Montalvão e terras vizinhas.

Em Agosto de 1641 os castelhanos atacaram toda a zona entre Marvão e Montalvão e em 1642 tomam de assalto Póvoa e Meadas que quase fica destruída (1).

Em 1646 os combates repetem-se e atigem toda a zona entre Castelo de Vide e Montalvão (2), os castelhanos sofreram nessa altura uma derrota perdendo também o saque que levavam do termo de Portalegre (3).

A situação era de tal modo aflitiva para as populações da região que estas enviaram uma petição às cortes para que se criasse no termo de Nisa uma esquadra de cavalos que patrulhasse as zonas de Castelo de Vide, Póvoa e Meadas e Montalvão para evitar os constantes roubos que os castelhanos aí praticavam (4).

Esta guerra que se prolongou por vários anos, para além da destruição obrigou ainda a enormes sacrifícios, traduzidos em mais impostos sobre as populações, para fazer face ao esforço de defesa da Restauração.

Consolidada a independência do País e acabada a guerra, esta região do Alto Alentejo mal teve tempo de respirar, pois que em 1704 a guerra estala de novo entre as duas nações vizinhas.

Desta vez foi Portugal a intrometer-se na sucessão ao trono de Espanha. O resultado foi mais uma vez devastador para as zonas fronteiriças. Em 30 de Maio daquele ano Nisa e Alpalhão rendem-se aos espanhóis, a 9 de Junho segue-se Portalegre e a 25 Castelo de Vide, após heróica resistência, cai também em poder do inimigo (5).

Em 1706 abrem-se de novo as hostilidades e mais algumas povoações da região são atacadas e destruídas, como terá sido o caso de Póvoa e Meadas (6). O exército espanhol só viria a retirar em 1708, não deixando, porém, de destruir as fortificações das terras que abandonava.

Montalvão e o resto do País ficavam assim impedidos de prosseguir no caminho do desenvolvimento com a rapidez desejada. E como veremos, em 1758 Montalvão pouco tinha mudado entre os séculos XVII e XVIII.

Pela resposta do vigário de Montalvão, Fr. António Nunes de Mendonça, ao inquérito organizado pelo Padre Luiz Cardoso, sobre todas as terras do reino, ficamos com um esboço da vila na segunda metade do sec. XVIII (7).

Quanto à população o vigário indica que o número de habitantes na vila e termo era de 1016, sendo 265 menores, habitando em 300 fogos. É evidente o crescimento populacional, mas ainda assim o número de fogos, reduziu-se relativamente aos 310 que apontava o Pe. Carvalho em 1708 (8), provavelmente efeitos da destruição da guerra de 1704 a 1708.

Fora da vila o aumento do número de habitantes era também bastante significativo. Contra os 28 de 1527, havia agora, segundo o vigário: 50 pessoas, sendo dezassete menores e 13 fogos no Monte do Pombo; 9 habitantes, sendo 2 menores em 3 fogos no Monte do Amaro Fernandes; 6 pessoas, uma delas menor e dois fogos no Monte do Rolo; 87 habitantes, 15 deles menores em 30 fogos na Salavessa e 8 pessoas em 3 fogos no Monte do Pêgo do Bispo.

O aspecto da vila não era muito diferente do passado. Do castelo ficamos a saber que tinha mais de vinte pés de altura e estava já equipado com peças de artilharia de ferro, uma de calibre onze e outra de sete, tinha ainda mais três rogeiros de ferro apontados para a entrada das ruas, servindo em caso de invasão. O seu estado de conservação começava a ser deficiente. O cunhal de uma torre tinha ruído e o armazem e a cisterna estavam bastante demolidos.

A guarnição do castelo era comandada por um Governador, um capitão-mor, que em 1643 era Luís Caldeira Pereira (9) e um sargento-mor e era composta por duas companhias de ordenanças, uma comandada pelo capitão António Vaz Afonso com 110 praças e a outra comandada pelo capitão Gregório Dias Artur com 96 homens.

Da muralha em redor da vila, o vigário diz que estava já demolida em muitos sítios.

Este aparelho defensivo era complementado com várias atalaias ou torres de vigia colocadas a alguns quilómetros da vila e que com sinais de fumo de dia ou com fogo durante a noite, avisavam da aproximação do inimigo. Perto de Montalvão e atalaiando o se castelo havia quatro dessas torres: no Outeiro da Atalaia a 0,7 km a nordeste da margem direita da Ribeira de Nisa; a Atalaia do Fidalgo no cabeço do mesmo nome entre o Rio Sever e a Ribeira de S. João; Atalaia de S. Miguel na Serra de S. Miguel e Torre da Atalaia no cabeço da Atalaia a 2 km da margem esquerda da Ribeira de S. João (10).

O comendador era agora o 3º Conde de Povolide, José da Cunha Grãa de Ataíde e Melo, sendo possível que a comenda pertencesse já antes aos condes de Povolide, dos quais o primeiro foi o Mestre de Campo Tristão da Cunha de Ataíde e Melo, a quem foi concedido o título por D. João V em 6 de Janeiro de 1709 (11). No entanto o conde não explorava directamente a comenda, pois, segundo o vigário, esta encontrava-se arrendada.

O clero era composto pelo dito vigário, cujos rendimentos eram de 140 000 reis, pagos em frutos, por um coadjuvador com 80 000 reis e casa de residência, um ermitão na igreja de Nossa Senhora dos Remédios e um capelão na igreja da Salavessa, pago pelos seus moradores.

Para além das igrejas que anteriormente referimos há a acrescentar a de S. Marcos que ficava já dentro das muralhas, for delas mantinham-se todas as outras, com excepção da do Mártir que não é referida pelo vigário, e ainda a de Sto. André, a de N. S. dos Remédios, a de Sto. António de Giesteira e a da Salavessa.

Ligadas a estas igrejas havia algumas Irmandades que possuíam rendas próprias. A Matriz pertenciam as Irmandades de N.S. da Soledade, do Menino Jesus, de N.S. do Rosário, de Sto. António, das Almas, da Ordem Terceira de S. Francisco. As igrejas de S. Marcos, Espírito Santo, S. Pedro e N. S. dos Remédios tinham as suas próprias Irmandades.

A Misericórdia tinha anexado uma antiga albergaria, que servia agora de hospital, anexação essa determinada por ordem régia, e que deverá ter ocorrido durante o processo centralizador levado a cabo por D. João II e D. Manuel, e no qual as confrarias se virão obrigadas a ceder parte dos seus bens às recém-criadas misericórdias.

O hospital e a misericórdia somavam 170 000 reis de rendas e mais alguns privilégios que no caso da misericórdia eram os mesmos da de Abrantes.

A produção agrícola era essencialmente cerealífera: trigo, centeio, cevada e linho, para além disso havia algum azeite e mel, os terrenos da vila continuavam divididos nas quatro folhas, que anteriormente referimos, o que pressupõe que a distribuição de parcelas pelos seareiros se continuaria a processar nos mesmos moldes em que se fazia na Idade Média.

A actividade industrial nos rios estava reduzida a alguns moinhos de pão no Sever, que continuavão a pagar foro ao comendador e a uma azenha no Tejo, no sitio do Monte do Pêgo do Bispo.

A barca mantinha-se em actividade mas agora pertencia já a particulares.

A pesca e a caça continuavão a ter alguma importância, nomeadamente caçavam-se coelhos, lebres, perdizes, javalis e alguns veados.

A administração do Concelho era assegurada por dois juizes ordinários com jurisdição civil e criminal, três vereadores e um procurador dos bens do Concelho e ainda o escrivão da Câmara. Segundo diz Fr. António de Mendonça, a vila já tinha tido em tempos antigos Juiz de Fora.

O vigário referia ainda alguns privilégios de que gozava o povo de Montalvão e que eram o de não ser obrigado a contribuir com homens para o exército e o de não pagar sisa dobrada. Estes privilégios veêm mais uma vez confirmar as dificuldades em conseguir a fixação de pessoas na vila.

Após este conflito Portugal viveu em paz durante quase cem anos mas o flagelo da guerra voltou no início do sec. XIX.

A França de Napoleão fizera um ultimato a Portugal para que traisse a velha aliança com a Inglaterra e lhe fechasse os seus portos. O nosso pais apesar de ter visto recusada a ajuda inglesa, nos primeiros tempos da crise, fêz questão de honrar a dita aliança e dispôs-se a enfrentar a França e a Espanha, sua aliada dando inicio a uma crise da qual resultarião, mais tarde as célebres Invasões Francesas.

Em 1801 o exército português colocou-se na linha fronteira entre Póvoa e Meadas e Arronches na tentativa de suster a invasão iminente, e á qual se daria o nome de "Guerra das Laranjas". A diferença de forças foi determinante e os invasores avançaram pelo território nacional quase sem oposição, tomando Portalegre a 1 de Julho e Castelo de Vide três dias depois (12).

Mas ao chegarem a Montalvão as coisas correram de outro modo como relata o Diário de Operaciones contra Portugal da Divisão de Vanguarda do exército espanhol: "*... Al amanecer se presentó delante del Castillo de Montalvanhà el Comandante Orell con las Tropas se su mando y dos piezas de Artilleria qua havia llevado à Castel de Vide; su intimación no fue inesperada ni feliz como la anterior; el Comandante o Gobernador de aquella fortaleza, animado por su bentajosa situación, y sobre todo por su proprio honor, respondió con entereza, haciendo después poe espacio de 14 horas un vivo fuego de cañon sobre el sitiador que tuvo la audacia de escopetear los parapetos de la Plaza viendose finalmente obrigado a retirarse no obstante los refuerzos que havia recebido ...*" (13)

Apesar da heróica resistência de Montalvão, Portugal perdeu a guerra e nas negociações de paz entre a França e a Inglaterra, esta apesar da aliança, que os

portugueses decidiram respeitar, fêz um acordo secreto pelo qual entregou à Espanha a posse de Olivença que tinha sido ocupada no decurso da guerra.

Dois anos depois destes acontecimentos José Maria das Neves Costa, capitão de infantaria ao serviço do Estado Maior da Inspeção das Fronteiras, elaborou um extenso relatório sobre o estado de uma série de vilas e aldeias da região fronteiriça no Nordeste Alentejano (14), e, por ele, podemos esboçar um retrato de Montalvão no dealbar do século passado e avaliar as mudanças verificadas entre a descrição do vigário de 1758 e a situação em 1803.

Começando pela população o relatório indica-nos que o número de habitantes na vila tinha subido para 1100, ou seja mais 164 pessoas que em 1758, mas, por outro lado o número de fogos tinha-se reduzido para 286.

Fora da vila a evolução foi a seguinte: os Montes do Amaro Fernandes, do Pêgo do Bispo e do Rolo tinham-se tornado tão insignificantes que nem constavam do relatório; no Monte do Pombo a população aumentara para 50 almas mas os lares também se tinham reduzido para 11; a Salavessa é que apresentava uma evolução positiva em ambos os aspectos, passára a ter 41 fogos e 146 pessoas.

O Concelho mantinha a mesma estrutura de 1758, isto é os dois juizes e os vereadores, não referindo, Neves Costa o escrivão e o procurador.

No que diz respeito à assistência social e medicina o relatório aponta apenas dois cirurgiões e uma ruim botica, mas nenhum médico, donde se conclui que à época cirurgião não tinha o sentido que hoje lhe damos. A misericórdia mantinha a sua actividade mas o hospital não tinha condições para assistir convenientemente às doenças, que, na altura eram principalmente as sezões.

Relativamente aos officios mecânicos e outros serviços o relato aponta um ferrador, quatro ferreiros, um carpinteiro, dois pedreiros, um açougue que fornecia carne todos os dias, três fornos de pão, seis moinhos de água e a barca.

Quanto à agricultura a situação não parece ter sofrido grandes alterações. Continuava-se o sistema das quatro folhas cultivadas uma em cada quatro anos, sendo o trigo e o linho as principais produções. O relatório apresenta o seguinte quadro para a actividade agrícola:

Produções	Transportes	Gados
trigo, moios.....360	carretas.....0	lanigero e caprino.....3000
centeio, dos.....10	cavalos.....0	vacum.....650
cevada, dos.....10	éguas.....15	porcos.....0
legumes.....0	bestas muares.....24	
milho.....0	bestas menores ou jumentos..50	
azeite, pouco		
vinho, idem		
palha, arrobas.....1400		
feno, feixes.....1600		

O aspecto da vila tinha, segundo o que nos relata Neves Costa, sofrido grandes modificações. As muralhas tinham desaparecido quase por completo, devido à destruição de 1704. As casas eram pequenas e quase todas térreas, as entradas mais amplas da vila eram agora a Rua da Barca e a Rua de S. João, únicas por onde podião passar as carretas.

Para além destas ruas o movimento de animais e pessoas fazia-se por azinhagas e o relatório refere as seguintes: Boqueirão e Fonte Souriça, a norte da Rua de S. João, que confluíam no caminho para Nisa; Ladeira do Martinho, atalho para o Pé da Serra e Salavessa; Azinhaga dos Castanheiros, a norte da vila, que conduzia às fazendas; Azinhagas dos Currais do Concelho, a noroeste da povoação, que se dirigião à Salavessa, Monte do Pombo e N. S. dos Remédios.

O Castelo mantinha-se de pé, mas da sua artilharia restavam uns canhões de fabrico muito antigo, desmontados e atacados pela ferrugem. No entanto, ainda era comandado por um Governador, ao tempo com a patente de sargento-mor, ainda que estivesse a ser usado, não para a defesam mas como pomar.

Esta descrição é, no minimo curiosa, se se pensar que apenas dois anos antes, aquele mesmo castelo tinha resistido bravamente ao assalto dos espanhois.

O Castelo em ruínas era bem o sinal dos novos tempos que esperavam Montalvão. As guerras já não seriam mais as mesmas, novas tácticas e novas armas tornavam os castelos obsoletos e a localização da vila, que até então tinha sido de extrema importância e lhe grangeara apoios do poder, passava agora a ser mais um factor de isolamento e impeditivo do progresso.

Para se ter uma idéia desse isolamento indicamos de seguida o tempo necessário para ir de Montalvão às povoações mais próximas, segundo a pesquisa de Neves Costa:

Portalegre	7 horas
Castelo de Vide	4 horas e 35 minutos
Póvoa e Meadas	2 horas
Alpalhão	4 horas e 30 minutos
Nisa	2 horas
Barca do Tejo	1 hora e 40 minutos
Cedilho	2 horas

- (1) Repenicado, António V. Raposo
Sucessos Históricos
Separata do Jornal "Terra Alta"
nº 281 a 379, 1969, pag. 64
- (2) Coelho, P. M. Laranjo
Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI
Academia Portuguesa de História
Lisboa, 1940, vol. I, pag. 81
- (3) Idem
Pag. 109
- (4) Portugal, Fernando
Capítulos de Cortes da Vila de Nisa
I. P. de Arqueologia, História e Etnologia
Lisboa, 1970, pag. 35
- (5) Videira, César
Memória Histórica da Muito Notável Vila de Castelo de Vide
Lisboa, Liv. Moderna Editora, 1908
Pag. 69
- (6) Leal, Augusto Pinho
Portugal Antigo e Moderno
Liv. Editora de Mattos Morcira e Comp.
Lisboa, 1876, vol. VII, pag. 607
- (7) Inquérito do P. Luiz Cardoso
in Montalvão Elementos para uma monografia desta freguesia do concelho de Nisa
editado por Comissão Conservadora das obras da Ermida de Nossa Senhora dos Remédios
de Montalvão
Tipave, Agosto, 1980, pag. 21 a 34
- (8) Costa, P. Carvalho
Corografia Portuguesa
Typografia de Domingos Gonçalves Gouveia
Braga, 1869, 2ª Edição
- (9) Coelho, P. M. Laranjo
Op. cit.
Pag. 62
- (10) Almeida, General João de
Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses
Edição do Autor, Lisboa, 1945
Vol. III, pag. 171
- (11) Coelho, P. M. Laranjo
As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo
Pag. 239
- (12) Ribeiro, Ângelo
Guerra da Restauração: os primeiros anos
in História de Portugal, dirigida por Damião Peres
Edição de Barcelos, vol. VI, pag. 284